

Observador/Lusa

Reforço da participação do Estado na Galp é "necessidade urgente"

A Comissão Central de Trabalhadores (CCT) da Petrogal considerou esta sexta-feira que o reforço da participação do Estado na Galp é uma “necessidade urgente”, na sequência do arresto de bens de Isabel dos Santos, que detém participações naquela empresa.

“Começamos o ano com a participação angolana na berlinda pelo arresto de contas bancárias e participações em empresas angolanas de Isabel dos Santos, uma das acionistas da Esperaza em conjunto com a Sonangol, por sua vez acionistas da Amorim Energia BV, principal acionista do Gupo”, começa por referir o comunicado da CCT da Petrogal, detida pela Galp.

Na sequência daquelas notícias sobre a empresária angolana, a CCT considerou uma “necessidade urgente” que o Governo reforce a participação “do Estado na Galp, por exemplo, via Parpública que detém 7% do capital, o segundo maior acionista direto, uma participação equivalente à de Isabel dos Santos”. Para aquela estrutura representativa, se a Parpública adquirisse a participação dos acionistas angolanos na Galp, o Estado Português assumiria novamente o controlo da empresa, “sem ficar à mercê de arranjos acionistas ou de jogos de interesses de Estados estrangeiros”.

A CCT admite, no entanto, não esperar que o Governo decida aumentar a participação na Galp, uma vez que “não fez vingar o direito de ter um administrador direto” na empresa quando instado pela CCT para o fazer, na assembleia-geral de 2019, e aponta também culpas ao Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

“O Sr. Presidente parece entender que o país deve pagar uma renda brutal ao Grupo Amorim para nos fazer o favor de ser o acionista de referência, não se importando com os postos de trabalho destruídos, ou a redução dos salários e dos direitos dos trabalhadores que seguem ao som da guitarra portuguesa, como um fado”, defenderam os representantes dos trabalhadores da Petrogal, numa referência à visita de Marcelo Rebelo de Sousa a Angola em 2018, que veem como uma tentativa de “pôr água na fervura”, depois das notícias sobre um possível desinvestimento da Amorim Energia na Galp.

Na segunda-feira, o Tribunal Provincial de Luanda decretou o arresto preventivo de contas bancárias pessoais de Isabel dos Santos, do marido, Sindika Dokolo, e do português Mário da Silva, além de nove empresas nas quais a empresária detém participações sociais.

Isabel dos Santos detém participações em Portugal em setores como a energia (Galp e Efacec), telecomunicações (NOS) ou banca (EuroBic).

Um dia depois da ordem do tribunal, a empresária Isabel dos Santos afirmou, num comunicado enviado à agência Lusa, que o investimento da Sonangol na Galp é o “mais rentável na história” da petrolífera de Angola e que por isso não foi lesivo para o Estado angolano.